Educação & Fronteiras

DOI: **Sob responsabilidade da E&F**

A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SEU LUGAR NA FORMAÇÃO DOCENTE: O CASO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, CAMPUS PONTAL, MG

LA MATERIA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN Y SU LUGAR EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES: EL CASO DEL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE UBERLÂNDIA, CAMPUS DE PONTAL, MG

THE HISTORY OF EDUCATION SUBJECT-MATTER AND ITS PLACE IN TEACHER TRAINING: THE CASE OF THE PEDAGOGY COURSE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF UBERLÂNDIA, PONTAL CAMPUS, MG

Betânia de Oliveira Laterza RIBEIRO[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3708-4506

Sauloéber Tarsio de SOUZA[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9797-341X

José Carlos Souza ARAÚJO[3]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7972-8875

RESUMO: Diferentemente da maioria das licenciaturas, a Pedagogia tem adotado o trabalho de conclusão de curso mesmo que de forma não obrigatória em seu currículo, com o objetivo de criar uma cultura de pesquisa, estimulando seus egressos a prosseguirem seus estudos na pós-graduação. Ao menos, isso pode ser dito do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no *campus* de Ituiutaba (MG). O curso formou a primeira turma em 2011; em 2012, ex-alunas já entravam na pós-graduação, apresentando suas dissertações em 2014. Uma boa parte dessas alunas desenvolveram suas pesquisas em nível de mestrado no campo da História da Educação, em decorrência de estudos iniciados nesta disciplina ainda na graduação, encaminhando para a Iniciação Científica e posteriormente, nos trabalhos de conclusão de curso. Trata-se de reflexão quanti-qualitativa sobre o quanto a produção nessa disciplina ajudar a fortalecer seu lugar curricular contra disputas curriculares; num processo reforçado por ex-discentes que vão para a pós-graduação em História da Educação e, com isso, ajudam a manter a disciplina com seus quesitos de autonomia e integridade.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciaturas. Pedagogia. Trabalho de conclusão de curso. Cultura da pesquisa. Pós-graduação.

RESUMEN: A diferencia de la mayoría de las carreras, la Pedagogía ha adoptado en su plan de estudios el trabajo de finalización de estudios, aunque no sea obligatorio, con el objetivo de crear una cultura de investigación, incentivando a sus egresados a continuar sus estudios en programas de posgrado. Al menos eso se puede decir del curso de Pedagogía de la UFU, en el campus de Ituiutaba (MG). El curso formó su primera promoción en 2011; en 2012, las ex alumnas ya ingresaban a estudios de posgrado, presentando sus disertaciones en 2014. Una buena parte de estas estudiantes desarrolló su investigación a nivel de maestría en el campo de la

[1] Professora titular no Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e nos Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/FACED/UFU) e do Programa de Pós-graduação em Educação Básica (PPGPEDU/ICHPO/UFU), da Universidade Federal de Uberlândia.

[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (linha de Historiografia e História da Educação), do PROFHistória (linha Saberes Históricos no Espaço Escolar), do Mestrado Profissional da Educação Básica do Pontal (PPGPEDU) da UFU.

[3] Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, da qual é Professor Titular e Integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) como docente permanente no Campus Via Centro de Uberlândia.

(cc) BY-NC-SA

Historia de la Educación, como resultado de estudios iniciados en esta disciplina cuando aún eran estudiantes de pregrado, encaminándose hacia la Iniciación Científica y posteriormente a los trabajos de finalización de curso. Se trata de una reflexión cuantitativa-cualitativa sobre cuánto la producción en esta disciplina ayuda a fortalecer su lugar curricular frente a las disputas curriculares; en un proceso reforzado por exalumnas que pasan a estudios de posgrado en Historia de la Educación y, al hacerlo, ayudan a mantener la disciplina con sus exigencias de autonomía e integridad.

PALABRAS CLAVE: Programas de licenciatura. Pedagogía. Trabajo de fin de graduación. Cultura de la investigación. Estudios de posgrado.

ABSTRACT: Unlike most undergraduate degrees, Pedagogy has adopted Final Papers, even if it is not mandatory, in its syllabus, with the aim of creating a culture of research, encouraging its undergraduates to continue their studies in Graduate degree studies. At least, this can be said about the UFU Pedagogy course on the Ituiutaba (MG) campus. The course graduated its first class in 2011; in 2012, former students were already entering Graduate degree studies, presenting their thesis in 2014. A good number of these students developed their research at Master's Degree in the field of History of Education, as a result of studies initiated in this discipline while still undergrad, leading for Scientific Initiation and later, in the final papers. This is a quantitative-qualitative reflection on how much production in this discipline helps to strengthen its curricular place against curricular disputes; in a process reinforced by former students who go on to Graduate degree studies in History of Education and, in doing so, help maintain the discipline with its requirements of autonomy and integrity.

KEYWORDS: Licenciate courses. Pedagogy. Final course work. Research culture. Postgraduate studies.

Introdução

O debate sobre o currículo escolar é antigo e extenso. Da produção resultante das reflexões, um dos consensos a que chegaram os estudiosos é o de que currículo não é terreno neutro, ou seja, é um espaço de disputas de ordem variada.[4] Na elaboração e validação do componente do sistema educacional, entram interesses culturais, políticos e econômicos, estes últimos em especial; o mesmo se diz das revisões curriculares. Por consequência, de tempos em tempos disciplinas estabelecidas e consagradas se veem em meio a ondas de questionamento sobre sua validade e importância. É conhecido o debate sobre a presença ou não de disciplinas como Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio (mesmo o ensino de Arte).

No currículo da educação universitária, a questão se torna ainda mais complicada quando se pensam nas disputas e nos embates, porque a universidade catalisa setores diversos da sociedade: por um lado, forma profissionais; por outro, produz pesquisas que impactam na vida humana, animal e vegetal e, por isso, cria interfaces com setores sociais (indústria,

[4] O currículo e suas questões, como as disputas, têm sido objeto de estudos variados. Para citar alguns exemplos, listamos Miguel Gonzáles Arroyo, com *Currículo, território em disputas* (2011), José Gimeno Sacristán, com *O currículo: uma reflexão sobre a prática* e *Saberes e incertezas sobre o currículo*; também Alice Casemiro Lopes e Elisabeth Macedo, com *Currículo: debates contemporâneos*, e Tomaz Tadeu Silva, com *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Conforme Frangella (2007), foi na década de 1990 que o currículo se projetou com vigor na reflexão teórico-educacional.

(cc) BY-NC-SA

comércio, agricultura, saúde, transportes, comunicações etc.). Nesse sentido, o currículo universitário deve se sustentar numa lógica que equilibre o fazer acadêmico-científico, a coerência com o mercado de trabalho e as expectativas da sociedade que paga impostos para sustentar o ensino superior público. Pesa nessa perspectiva o fato de as universidades se coadunarem com a justiça social, de tal modo que precisam receber e processar demandas apresentadas pelo público estudantil. Ser esse instrumento de justiça e equilíbrio sociais requer que o currículo seja inclusivo, em vez de ser parcial ou excludente.

Com efeito, o conhecimento que se tem do currículo como lugar de disputas vem não só da reflexão teórico-conceitual, mas ainda do saber histórico-educacional. A reconstrução do processo educacional e de seus componentes tornou possível se reconhecerem as intenções inscritas nos currículos de cada época e, assim, se embasarem os consensos do presente. Para isso, a História da Educação e a disciplina acadêmica História da Educação se fizeram e se fazem centrais, uma como produção de conhecimentos sistemáticos, outra como via de difusão, debate e revisão do conhecimento produzido. Ante essa relevância, um raciocínio lógico seria o de pensar que tais formas de produção de conhecimentos têm lugar garantido no currículo de licenciaturas como a de Pedagogia e da pós-graduação em educação.

Todavia, o próprio projeto político-pedagógico de cada curso, cada instituição de ensino superior, dá abertura a argumentos favoráveis a medidas como exclusão, limitação de carga, revisão de diretrizes etc. Em cursos mais antigos, certa tradição do corpo docente tende a dar coesão às forças necessárias à sustentação; em cursos mais novos, a falta de coesão pode resultar em fragilização do lugar de disciplinas cuja existência curricular é posta em xeque como medida de revisão do projeto político-pedagógico e de outros projetos.

Essas observações delineiam o contexto para o qual converge este estudo. Seu enfoque é justamente na disciplina História da Educação na licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia oferecida no *campus* do Pontal (Ituiutaba, MG), desde 2007. Argumentamos em favor da importância da produção acadêmico-disciplinar representada em números, regularidade e continuidade como base de sua sustentação no currículo. Assim, objetivamos apresentar alguns dados numéricos como base para refletirmos sobre a importância da disciplina História da Educação no currículo da referida licenciatura e sua "blindagem" a eventuais propostas de revisão curricular.

Trata-se de licenciatura relativamente recente e formalizada num momento de consolidação do projeto político-pedagógico como instrumento-chave do processo

(cc) BY-NC-SA

educacional em todos os níveis; dito de outro modo, licenciatura surgida sob o signo da universidade como organismo que deve se moldar às demandas da sociedade que a sustenta; e cujo fim último e primeiro deve ser a vida em tal sociedade.

Nesse sentido, o texto apresenta uma reflexão que conjuga a retomada breve de alguns temas afeitos à história da disciplina História da Educação para efeito de contextualização do debate maior em que se insere este trabalho. Igualmente, a reflexão inclui apresentação breve do curso de Pedagogia referido como subsídio à compreensão da produção intelectual derivada de tal licenciatura: *porcentagens* relativas a trabalhos de conclusão de curso e *casos* de mestrado e doutorado. Nestareflexão, argumentamos que o lugar da disciplina não é necessariamente assegurado, mas que a produção acadêmica a ela associada, de tão profícua, impõe condições severas a intenções de reforma curricular que presumam suprimi-la ou reduzir carga horária.

Evidentemente, é preciso dar crédito à história da disciplina, que se mostrou pertinente o bastante para se estabelecer e se consolidar; apesar de mostrar instabilidade curricular aqui e ali.

Formação de professores, disputas curriculares e a disciplina História da Educação

Ao menos na década de 1990 se pode situar a questão das disputas curriculares no campo da formação docente no Brasil. Sugere isso o estudo de Rita Frangella, professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Seu trabalho é sobre a produção de currículo para formação de professores nos anos 1980–90 na faculdade onde leciona e que "se desenvolveu num contexto de profunda inquietação/revisão em torno da busca da criação de modelos de formação que rompessem com um modelo tecnicista e autoritário" (Frangella, 2007, p. 3).

Mediante sua reflexão, a autora chegou a constatações do "currículo como manifestação de intenções que se estabelece no embate político, nas negociações possíveis, em vitórias parciais que vão sendo conquistadas no processo de discussão". Isso porque sua elaboração pode ser vista como "entre-lugar", "espaço de negociação e ambivalência", "fronteira" em que culturas "se encontram e dialogam". Com efeito, para a autora, tal produção supõe embates e negociações de ordem política para se chegarem a consensos; mas se sujeita a "disputas por uma hegemonia, ainda que provisória ou instável; [...] para a fixação de sentidos" (Frangella, 2007, p. 1).

(cc) BY-NC-SA

Avançando no recuo no tempo, tendo em vista o caso de Minas Gerais, podemos situar nos anos 1920 a presença de História da Educação no currículo da escola Normal. Esse argumento está desenvolvido na tese de doutorado de Marlon Silva (2024), que toca nas condições de estabilidade curricular da disciplina só de forma superficial e difusa, tal qual a proposta de seu estudo. Por outro lado, seu trabalho sugere que não houve disputas curriculares importante no período 1928–75.

Contudo, se pode dizer que a instabilidade da disciplina História da Educação no currículo da formação normalista remonta àquela época, ou seja, à década de 1930, como mostra o estudo de Paulo Corrêa (2019).

Corrêa investigou a instituição da disciplina História da Educação no currículo da escola Normal do Pará, de maneira a expor sua trajetória em meio a reformas curriculares por que passou a formação de docentes para o Ensino Primário. Seu recorte temporal é o período 1891–2017. Nesse intervalo, o autor reconhece o surgimento da disciplina como autônoma para ser diluída de tempos em tempos, entre 1871 e 1980. Foram mais de quinze reformas sucessivas, que alteraram as propostas curriculares; e "somente a partir de sua 8ª proposta curricular, editada em 13.01.1936, a disciplina História da Educação passou a ser ofertada no Curso Preparatório, como parte do conteúdo formativo a ser aplicado na 3ª série". Na reforma de 1946, foi prescrita para ser "ministrada somente na 3ª série do percurso de escolarização normalista"; com isso, tornava-se "componente curricular obrigatório na formação do Professor Primário" (Corrêa, 2019, p. 7).

Contudo, ainda em processo de construção de sua relevância à formação docente (ou seja, com status socioeducacional ainda frágil), em "diversas oportunidades" a disciplina de História da Educação foi "excluída do currículo". Quando isso não aconteceu, então "ocorreu a junção com a Filosofia da Educação", para constituir a disciplina "História e Filosofia da Educação, ou camuflando-se sob a forma de Fundamentos da Educação" (Corrêa, 2019, p. 13).

Como matéria autônoma no currículo, a História da Educação perdurou no período 1936–46, quando o currículo da escola Normal passou por novas reformas. A partir de 1947, a disciplina foi excluída do quesito "exigidas". Entre 1952 e 1963, voltou a compor o currículo, mas como História e Filosofia da Educação. Após o golpe civil-militar, uma nova reforma manteve a disciplina no currículo, mas subsumida na disciplina de Filosofia da Educação. Em reformas de 1968 e 1979, o quesito História voltou à nomenclatura, agora no Magistério como

(cc) BY-NC-SA

formação de segundo grau. De 1980 em diante, a disciplina se dissolveu para dar lugar à matéria Fundamentos da Educação (1 e 2) (Corrêa, 2019).

Em seu estudo, Borges e Gatti Júnior (2010, p. 27) se referiram à questão da nomenclatura da disciplina de História da Educação.

> A denominação da disciplina diz respeito não apenas a sua descrição ou simples identificação mesmo que compondo um grupo diversificado de disciplinas de um currículo, essa seja uma função necessária. Para além do valor distintivo, o nome que o componente curricular apresenta pode contribuir para revelar o lugar, o tempo, o saber e o método de um conhecimento na forma de ensino.

Com efeito, os autores distinguem mudanças de denominação no ensino de História da Educação. Citando a "tipologia de Santos (2007a)", referem-se a uma História da Educação "simples" — que seria um "campo de estudo próprio" expressivo de uma intenção de globalizar; e a uma História da Educação "composta" — como no caso da História da Educação em geral e História da Educação no Brasil.

> Sob essa denominação, a disciplina assume a organização espacial como referência, ou seja, a disciplina é oferecida de acordo com o lugar que a História da Educação toma como conteúdo. Assim, ao tratar da História da Educação no Brasil, a disciplina corresponderá denominativamente a este conteúdo (Borges; Gatti Júnior, 2010, p. 27).

Uma terceira apresentação da disciplina de História da Educação seria a "substitutiva", em que é situada num campo maior como "Fundamentos da educação". Evidentemente, ocorrem variações com a disciplina, que recebe atributos geográficos — como "História da Educação do Amazonas" — e atributo conceitual-temático — como "História da Educação Infantil", "História da Educação de Jovens", "História da Educação Especial" —, dentre outros. Ante mudanças assim, faz muito sentido o que disse Corrêa (2019, p. 21): a disciplina de História da Educação passou por um "calvário", em que ora "era enaltecida como essencial", ora "sofria martírio" até sua "crucificação". Ainda assim,

> Embora a História da Educação tenha sofrido o calvário diversas vezes, esse componente disciplinar tinha sempre sua reencarnação na estrutura curricular, seja de forma autônoma ou em conexão com a Filosofia da Educação, evidenciando-se sua importância teórico-epistemológica no processo formativo do professor (Corrêa, 2019, p. 21).

Com efeito, mais que ser "ressuscitada", a disciplina de História da Educação se

(cc) BY-NC-SA

firmou no currículo da formação docente; porém mais arraigada aos cursos de Pedagogia. Em seu estudo, Borges e Gatti Júnior (2010, p. 25) reconheceram "a centralidade ocupada pelo Curso de Pedagogia na oferta da disciplina História da Educação, enquanto nas demais licenciaturas o nível de oferta atualmente é incipiente". Para tanto, lidaram com "programas de ensino, quadros curriculares e currículo dos docentes afetos a 55 cursos de graduação em Pedagogia", de instituições federais e estaduais, confessionais e particulares, nas cinco grandes regiões do Brasil. O recorte do levantamento de "124 programas" de pós-graduação foi de 2000 a 2008 (Borges; Gatti Júnior, 2010, p. 25).

Embora tenham constatado uma "forte presença" da disciplina em cursos de formação docente, em especial, para o Ensino Fundamental, os autores (citando Escolano Benito) viram uma disciplina "sendo secundarizada". Era-lhes perceptível um "distanciamento inadequado" que não fazia com que "os resultados das pesquisas mais recentes" se coadunassem com "conteúdos disseminados nas salas de aula" de formação docente (Borges; Gatti Júnior, 2010, p. 25).

Assim como o estudo de Borges e Gatti Junior que investigaram a disciplina de HE, Souza (2020) por sua vez, estudou a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na educação superior no Brasil, recortando o período entre 2002 e 2009, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Licenciaturas e regulamentações quanto ao trabalho de conclusão de curso, 2002–9

LICENCIATURA	REGULAMENTAÇÃO	OPCIONAL	OBRIGATÓRIO	OMISSO
Artes Visuais	Resolução CES/CNE 1/2009, art. 8º		X	
Ciências Biológicas	Resolução CES/CNE 7/2002.			X
Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia)	Resolução CES/CNE 17/2002			X
Educação Física	Resolução CES/CNE 7/2004, art. 11	X		
Filosofia	Resolução CES/CNE 12/2002			X
Física	Resolução CES/CNE 9/2002			X
Formação de Professores (Licenciaturas)	Resolução CP/CNE 1/2002			X
Geografia	Resolução CES/CNE 14/2002			X
História	Resolução CES/CNE 13/2002			X
Letras	Resolução CES/CNE 18/2002			X
Matemática	Resolução CES/CNE 3/2003			X
Música	Resolução CES/CNE 2/2004, art. 9º	X		
Pedagogia	**Resolução CP/CNE 1/2006**			**X**
Química	Resolução CES/CNE 8/2002			X
Teatro	Resolução CES/CNE 4/2004, art. 9º	X		

Fonte: dados de Souza (2020, p. 10) — elaboração dos autores

Parafraseando-se Souza (2020), havia diversidade na regulação relativa ao trabalho de

(cc) BY-NC-SA

conclusão em licenciaturas que têm diretrizes curriculares específicas. O extremo dessa regulação diversa se mostra então na existência de uma licenciatura com prescrição de apresentação de trabalho final. Pelo quadro, vê-se o curso de Pedagogia entre aqueles cujas diretrizes curriculares nacionais não tratam do tema, ou seja, seriam "omissas" (Souza, 2020). Com base nisso, pode-se dizer que o trabalho de conclusão de curso como entrada discente no campo da pesquisa acadêmica fica em segundo plano; noutros termos, fica a cargo de cada estudante procurar e achar caminhos para a continuidade da formação inicial. Aí se inclui conhecer o processo da pós-graduação: a elaboração do projeto de pesquisa e o desenvolvimento de competências para desenvolvê-lo, que vão da capacidade de leitura crítica de textos teóricos à sistematização de informações levantadas em pesquisa de campo; dos procedimentos de lida com textos teóricos e dados (fichamentos, notas, resumo de ideias) à elaboração e redação de textos para publicação (relatórios, artigos, dissertações, teses etc.).

Como diz Souza (2020, p. 13) — que se fundamenta em dados da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior[5] —, a Pedagogia figura como curso cujas Diretrizes Curriculares Nacionais (resolução 1/06 do Conselho Nacional de Educação) dizem que o projeto pedagógico de cada instituição de ensino deve presumir o planejar e o desenvolver do "Trabalho de Curso" como atividade complementar (art. 8º). Mas, como argumenta o autor, tal trabalho "não configura [...] componente curricular obrigatório na matriz curricular"; ou seja, ficou a cargo de cada instituição de ensino superior "A adoção ou não do TCC nos cursos de Pedagogia", a ser guiada pela "visão de profissional da educação" da instituição (desde que coerente com a resolução referida).

É o caso do curso de Pedagogia aqui estudado, em que foi adotada a obrigatoriedade de apresentação do trabalho de conclusão de curso como requisito para a formação, ou seja, para o título de licenciada/licenciado. Esse atributo de ser obrigatório se expressa numa produção considerável de trabalhos finais, e dentre estes se destacam aqueles desenvolvidos no contexto da disciplina História da Educação, como podemos ver a seguir.

A licenciatura em Pedagogia do campus Pontal

A licenciatura em Pedagogia referida surgiu em 2006 e resultou da política de expansão e interiorização universitária iniciada e promovida por governos do Partido dos

[5] Tal qual esclarece Souza (2020), os dados com que trabalhou foram coletados até 2011, o que supõe presumir mudanças, incluindo novas regras para cada licenciatura.

(cc) BY-NC-SA

Trabalhadores desde 2003 (Souza, 2020). Mediante tal política, foi instalado um *campus* avançado da Universidade Federal de Uberlândia na cidade de Ituiutaba. Foram, então, criados nove cursos de início, inclusive o de Pedagogia. Este teve seu reconhecimento firmado pelo Ministério da Educação em 2011 (vide portaria 408, de 11 de outubro) e renovado em 2012 (ver portaria Ministério da Educação 286, 21 de dezembro). Em setembro de 2007, se iniciou o trabalho letivo, com ingresso de duas turmas (integral e noturno) (Souza, 2020; Ribeiro; Araujo, 2021; Ribeiro, 2022).

O curso se iniciou com cinco docentes (um doutor, quatro doutoras), com admissão por concurso público e a quem foi atribuída a responsabilidade de elaborar o projeto político-pedagógico da licenciatura em Pedagogia recém-criada. Isso era condição *sinequa non* ao início do funcionamento letivo. O documento foi elaborado, produzido e aprovado em seis meses. Como orientação teórico-filosófico-educacional da formação a ser ofertada, foi adotada a teoria de Paulo Freire, cujo Círculo de Cultura se projetou como a metodologia formadora. O curso foi organizado em três ciclos formativos que reúnem disciplinas afins a cada um. São interarticulados e põem, no ser humano (discente), o centro e fim último da aprendizagem educacional a ser construída. São: o "Ciclo 1: Pessoas fazedoras de história", o "Ciclo 2: diálogos interculturais" e "Ciclo 3: Práxis transformadora" (Ribeiro, 2022; Ribeiro; Araujo, 2021; Souza, 2020).

No ano inicial do primeiro ciclo, o alunado já tem contato com a disciplina de História da Educação, desdobrada em dois semestres (1 e 2). De início, explora-se a História da Educação geral, cujo ponto de partida é a cultura greco-romana e o de chegada, a contemporaneidade (ou modernidade); depois se enfoca a educação no Brasil, igualmente na longa duração, em que o ponto de início é a educação jesuíta — período colonial — e o de chegada, o Brasil republicano, em especial a Primeira República, quando foram sedimentadas bases para o que viria depois (Ribeiro; Araujo, 2021; Souza, 2011). No terceiro ciclo, ocorre a etapa do trabalho de conclusão de curso, "elemento importante para a iniciação científica por meio da pesquisa articulada de forma indissociável do ensino e da extensão"; ela se desdobra em duas disciplinas: TCC I e II, preestabelecidas no currículo em 2007 e cujos primeiros trabalhos foram iniciados em 2010 para conclusão em 2011 (Souza, 2020, p. 4).

Uma compreensão quantitativa da produção acadêmica associada à disciplina História da Educação pode ser destacada do estudo de Souza (2020), que abordou a produção de trabalhos de conclusão de curso na licenciatura em Pedagogia aqui considerada. O trabalho

(cc) BY-NC-SA

cobre um período que vai de 2011 — primeiras defesas — a março de 2017 — ano-limite dos dados levantados pelo autor. No interregno, foram produzidos quase 220 trabalhos com defesa pública e tematicamente diversos quando se consideram as subáreas do Conselho Nacional de Pesquisa e a circunstância de produção (Iniciação Científica, Estágio Supervisionado, programas instituições). Ressalte-se a não conclusão do curso por duas alunas, parte de uma maioria absoluta do corpo discente, cuja população masculina somava apenas 1,5%, conforme informou aquele autor.

Também devemos destacar o fator orientação dos trabalhos.

> O número de orientadores foi de 29 sendo 22 professoras (76%) e 07 professores (24%), do total dos docentes, *25* pertenciam ao *curso de Pedagogia* (86%), enquanto os outros 04 (14%) foram orientadores que prestaram serviço ao curso, mas lotados em outros cursos do campus (*1 da História*, 1 da Geografia e 2 da Matemática) (Souza, 2020, p. 15; grifo nosso).

Como se lê, é grande a discrepância numérica entre docentes com formação inicial em Pedagogia e em História. Nesse caso, não se poderia ver, na licenciatura aqui estudada, o argumento de que tem um corpo docente formado por muitos historiadores que justificariam a produção na área da História da Educação (não se poderia dizer de certa tradição docente e de pesquisa). Diferentemente, o que está sugerido é que docentes formados em Pedagogia inicialmente se dedicarem à História da Educação depois. Por consequência da discrepância, na orientação dos trabalhos de conclusão de curso predominam orientadores de formação inicial em Pedagogia e Psicologia: somavam mais de 70%, enquanto o restante agrupava orientadores de outras sete formações iniciais. Disso se pode inferir muita "diversidade epistemológica do pensamento a qual as alunas do curso de Pedagogia foram submetidas na sua trajetória" (Souza, 2020, p. 15).

Tal *corpus* de orientação se distribui em subáreas: "Planejamento e avaliação Educacional" (política educacional, planejamento educacional, avaliação de sistemas, instituições, planos e programas educacionais); "Ensino-aprendizagem" (teorias da instrução, métodos e técnicas de ensino, tecnologia educacional, avaliação da aprendizagem); "Currículo" (currículos para níveis/tipos de educação, tópicos específicos de educação, educação de adultos, especial e pré-escolar). A disciplina de História da Educação entra no campo dos fundamentos (Souza, 2020).

(cc) BY-NC-SA

Quadro 2 – Trabalhos de conclusão de curso em História da Educação segundo subáreas e especialidade no curso Pedagogia/UFU, *campus* de Ituiutaba, 2011–7

SUBÁREA DO CNPQ	ESPECIALIDADES	N. DE TCC	ORIENTADORES POR TEMÁTICA	TCC POR ORIENTADOR
Fundamentos da educação	Filosofia da Educação	3	1	3
	História da Educação	**24**	**5**	**4,8**
	Sociologia da Educação	11	3	3,6
	Antropologia Educacional	8	4	2
	Psicologia Educacional	6	4	1,5

Fonte: adaptado de Souza (2020, p. 17) — elaboração dos autores, 2024/.

Como se pode inferir dos números, é expressiva a produção de trabalhos de conclusão de cursos a partir da disciplina História da Educação antes as demais matérias de "Fundamentos da educação". É bem superior mesmo à produção de disciplinas com que dialoga mais como a Sociologia da Educação, segunda mais produtiva em trabalho de conclusão de curso; ainda assim, menos da metade do maior número. Por outro lado, quando se pensa na capacidade de produção, é preciso considerar a produção de quem orienta. Nesse caso, os números mostram uma capacidade maior de orientação, como mostra a coluna da relação entre orientadores e números de trabalhos orientados. Evidentemente, há consequências de ampliação mais gerais nessa proporção um tanto desigual na relação entre docente e número de trabalhos orientados. Mais projetos de orientação supõem que a carga laboral seja maior, assim como o volume de publicação derivado do trabalho com a graduação; igualmente, tende a ser maior o encaminhamento de discentes para programas pós-graduação; e até com projetos de pesquisa que dão continuidade ao tema estudado na graduação.

Os números expostos por Souza (2020) são relevantes. Em porcentuais, enquanto Filosofia da Educação representa 6% do total de trabalhos na área de fundamentos da educação, História da Educação soma 46%. Sociologia da Educação tem 21%, Antropologia Educacional, 15%, e Psicologia Educacional com 12%. Esse destaque da História da Educação em sua subárea se expressa ainda mais ante os números mínimos e máximos de outras subáreas. Nas especialidades de "Planejamento e avaliação educacional", política educacional tem 39% e planejamento, 25%. Nas especialidades da subárea "Tópicos específicos da educação", o maior porcentual é 43%, da área de educação escolar; e o menor, 20%, da educação de adultos. Nas especialidades da subárea "Ensino-aprendizagem", métodos e técnicas de ensino somam 61%, enquanto tecnologia da educação soma só 3%. Enfim, nas especialidades das subáreas "Administração Educacional/Currículo", os

(cc) BY-NC-SA

porcentuais são 54% para administração de unidades educativas e 19% para currículos para níveis e tipos de educação (Souza, 2020).

Esses números sugerem que a disciplina de História da Educação se destaca não só em sua subárea, como ainda quando comparada às disciplinas-destaque de outras subáreas de porcentual elevado. De fato, sua predominância como área preferida para se desenvolver trabalho final de licenciatura é menor que de "Ensino-aprendizagem" e "Administração Educacional/Currículo"; mas, nesse caso, é uma preponderância um tanto óbvia. Afinal, se trata de um curso de *formação de docentes* e possíveis ocupantes de cargo de gestão; e não da formação de historiadores da educação.

Isso, porém, não esconde que as linhas de pesquisa de pós-graduação em História da Educação têm atraído egressas/egressos do curso de Pedagogia aqui estudado. É como se a força produtiva da graduação reverberasse nas escolhas para mestrado e doutorado. O retrospecto se mostra muito positivo qualitativamente: em dez anos, cerca de dezoito ex-discentes (um pedagogo e treze pedagogas) entraram na pós-graduação *lato sensu*, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 –Ex-discentes da Pedagogia/UFU *campus* de Ituiutaba que entraram no mestradoe doutorado em História da Educação, 2014–24

ANO DE CONCLUSAO	EGRESSO/A	INSTITUIÇÃO	TÍTULO/TEMA DE PESQUISA
Mestrado concluído			
2014	1 aluna	UFU	*Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas*
2014	1 aluna		*Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais* (*Ituiutaba-MG, 1952–1968*)
2015	1 aluna	UFU	*Dilemas e Contradições sobre a concepção de Infância Presente no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI*
2016	—	—	—
2017	1 aluna	UFU	*A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais 1963–1974*
	1 aluna	UFU	*A gênese da Escola Rotary: interlocuções entre o público e o privado, 1956–1971*
	1 aluna	UFU	*Estado militar e educação e a formação de professores: as iniciativas da escola normal de Uberlândia* (1970–1980)
2018	1 aluna	UFU	*Os colégios polivalentes na ditadura civil-militar como modelo de educação: estudo sobre a escola estadual Antônio Souza Martins de Ituiutaba, MG, 1974–83*
2019	1 aluna	UFU	*A Escola Doméstica de Brazópolis: para além das montanhas mineiras* (*1927–1932*)
	1 aluna	UFU	*A Escola Moderna no Brasil e as contribuições de Lauro de Oliveira Lima*
2020	1 aluna	UFU	*Nas entrelinhas da pedagogia de CèlestinFreinet: da concepção à prática de educação*

(cc) BY-NC-SA

2021	1 aluna	UFU	*Presença do ideário católico na Revista do Ensino de Minas Gerais* (*1925–1940*)
2022	1 aluna	UFU	*A gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba, 1966–1974*
2023	—	—	—
2024	1 aluna	UFU	*Escola pública e sociedade: desafios do grupo escolar governador bias fortes, Ituiutaba, MG* (*1959–64*)
	1 aluno	*USP	Arquitetura e educação em São Paulo no período 1949–53
Mestrado a concluir			
2025–6	1 aluna		Gênese de grupos escolar em Ituiutaba, 1955–65
Doutorado a concluir			
2025–6	1 aluna	UFU	Ensino profissional doméstico, 1889–1929
	1 aluna	UFU	Preventório como instituição escolar de ensino profissional, 1950–60
	1 aluna	UFU	Catolicismo e *Revista do Ensino* de Minas Gerais, 1920–40
Total	**18**		

*Ex-aluno cuja banca de mestrado na Universidade de São Paulo inclui a coautora deste trabalho
Fonte: dados coletado no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia[6] — elaboração dos autores.

Pelas datas do quadro, se pode inferir que a conclusão de mestrado em 2014 indica que houve quem saísse da graduação em 2011 e, um ano depois, já entrasse na pós-graduação *latu sensu* na área de História da Educação. Além disso, as datas indicam que, ao longo de dez anos, houve uma regularidade tal na continuidade da formação pós-graduada nessa área, que se pode dizer de uma média de um par de ex-discentes da Pedagogia entrando no mestrado e doutorado a cada ano entre 2014 e 2023. Portanto, para um curso que formou a primeira turma em 2011, a média parece bastante expressiva do potencial da disciplina História da Educação de desencadear um interesse autêntico nesse campo de conhecimentos da educação. Vale frisar que as doutorandas são egressas do mestrado na Universidade Federal de Uberlândia.

Seguramente, o fato de haver um programa de pós-graduação na cidade de Uberlândia — a cerca de 140 quilômetros de Ituiutaba — cria condições mais favoráveis à continuidade da formação docente *lato sensu*. Igualmente, não se pode negar a importância da oferta de bolsas de estudos; elas permitem a egressas/egressos estudarem fora da cidade onde moram e até paralisarem eventuais atividades de docência profissional para se dedicarem à pós-graduação. Mas se deve destacar o caso de um egresso que foi fazer mestrado em São Paulo capital, a mais de 680 quilômetros de distância de Ituiutaba.

Embora um pouco óbvio, devemos destacar o dado da relação mulher–homem no estudo da História da Educação. A predominância de egressas indica que a população estudantil da licenciatura em Pedagogia do *campus* de Ituiutaba é, de fato, maciçamente

[6] https://repositorio.ufu.br/?locale=pt_BR

(cc) BY-NC-SA

feminina. Em segundo plano, a relação de proporções desiguais sugere algo menos óbvio: uma presença muito maior das mulheres na escrita acadêmica da História da Educação. Caso se considere que apenas uma minoria de licenciaturas oferece a possibilidade de introdução à pesquisa acadêmica via trabalho de conclusão de curso, então a presença da mulher pedagoga na produção da História da Educação se torna ainda mais relevante. Dito de outro modo, tem restado às alunas do curso de Pedagogia o trabalho de sustentar a força da História da Educação como disciplina central à formação de docentes.

Esse aspecto, aliás, revela uma consequência secundária: a escrita de uma história do município de Ituiutaba. Em que pese a ênfase na escola e seus processos, a produção acadêmica de egressas e egressos do curso de Pedagogia em Ituiutaba tem servido para escrever uma história da cidade porque seus objetos de estudo se vinculam a outros processos sociais que interferem na educação escolar e, assim, marcam o processo histórico desta. Nesse sentido, enquanto se estudam a gênese e o funcionamento inicial de instituições escolares, a escola Normal e as relações imprensa–educação, se investigam contextos históricos como a projeção política do município, regimes de governo local como o estado militar ditador, a força local da Igreja Católica, movimentos sociais como a migração etc. São alguns exemplos de assuntos historiados junto com a História da Educação de Ituiutaba desencadeada pela disciplina História da Educação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia no *campus* avançado (Ribeiro, 2022).

De fato, o período histórico recortado pelas pesquisas tende a se limitar ao interregno 1950–80; mas desvela realidades do passado do município ainda pouco conhecidas como objeto de sua história; ou seja, a pesquisa em História da Educação vai escrevendo no segundo plano uma história recente do município. Por um lado, essa constatação mostra a potência do estudo histórico sobre a educação como elemento-chave da formação docente, em que a escola pública e seus processos são postos em discussão segundo seus problemas; problemas que ainda permeiam o interior delas, a exemplo de ideologias que propõem ora a militarização do ensino, ora o atravessamento da sala de aula por ideologias religiosas.

Considerações finais

Estudos mais detidos e de mais fôlego certamente vão apontar contextos em que a disciplina de História da Educação se sujeita a disputas curriculares que resultem em exclusões, restrições, reduções e afins; situações em que se vê a partilha de sua autonomia e

(cc) BY-NC-SA

outras mudanças no currículo dos cursos de Pedagogia. Afinal, as diretrizes curriculares chancelam a decisão localizada sobre a oferta ou não.

Também provável é que sejam casos isolados. Trata-se de uma disciplina de tradição quase secular no currículo da formação docente no Brasil; mais que isso, renovações teórico-metodológicas têm levado o saber histórico-educacional a patamares mais elevados de relevância à educação e à suas práticas. Oferecem parâmetros para se ver o presente commais ciência de causas e consequências de problemas da educação pretérita que ecoam na educação de hoje.

Quando a essa tradição se alia a capacidade de gerar reflexão e materialização do pensamento mediante pesquisa, então entendemos que a disciplina de História de Educação, que tem um lugar, não garantido, mas mantido, se torna um tanto quanto impermeável. A justificativa de sua permanência curricular tem o viés da produção interna e externa, de tal maneira que a História de Educação com disciplina de licenciatura "alimenta" a pós-graduação em História da Educação; e esta, a seu turno, ajuda a sustentar o lugar da disciplina da graduação, numa lógica de retroalimentação.

O problema talvez seja certo isolamento da Pedagogia no fortalecimento do trabalho de conclusão de curso como elemento central da formação docente e propulsor de sua continuidade. Fica claro que a História da Educação interessa a toda e qualquer licenciatura —a algumas mais. Pensemos no curso de Letras, em que uma História da Educação produtiva poderia resultar num *corpus* de história do ensino de língua portuguesa facilmente associável às preocupações de uma História da Educação mais pedagógica e escolar; em especial no que se refere à escolarização da primeira infância, em que o desenvolvimento da linguagem articulada passa a ocupar o trabalho da educadora infantil, ou seja, da pedagoga, e não de uma egressa da licenciatura em Letras (ao menos por regra). É como se o corpo docente das demais licenciaturas fosse pouco disposto a fazer certos movimentos em direção da História da Educação, tal qual se nota no corpo docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia *campus*de Ituiutaba.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11, 16 maio 2006.

(cc) BY-NC-SA

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 408, de 11 de outubro de 2011. Reconhece cursos superiores no âmbito das Instituições Federais de Ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 22, 13 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 286, de 21 de dezembro de 2012**. Renova o reconhecimento de cursos superiores no âmbito das Instituições Federais de Ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 22, 24 dez. 2012.

BORGES, Bruno G.; GATTI JÚNIOR, Décio. O ensino de História da Educação na formação de professores no Brasil atual. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 24–48, dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639804. Acesso em: 28 ago. 2024.

CORRÊA, Paulo S. A. A disciplina História da Educação nas reformas curriculares da escola Normal do Pará. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v.19, p. 1–25 e019029, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653743. Acesso em: 12 set. 2024.

FRANGELLA, Rita C. P. Disputas curriculares, disputas identitárias – o processo político da produção curricular num curso de formação de professores. *In*: **REUNIÃO DA ANPED, 30ª, 2007**. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT12-3506--Int.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

RIBEIRO, Betânia O. L. **Puxando fios da memória**: a invenção de uma professora pesquisadora. 2022. 269 f. Memorial Acadêmico (Concurso para Professor Titular Classe E) — Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2022. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5042.

RIBEIRO, Betânia O. L.; ARAUJO, José C. S. História e resistência do curso de pedagogia no brasil: a presença de paulo freire no projeto político-pedagógico na ufu campus pontal. **Humanidades & Tecnologia**, v. 32, p. 10–25, out–dez. 2021, (FINOM) - ISSN: 1809-1628. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/2031.Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTOS, Luciana Borges dos. História da Educação: natureza, campo e tipologia. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** 30º Reunião Nacional da ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2007a. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br. Acesso em: 20 de set. de 2025.

SILVA, Marlon C. **O ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores em Uberaba, Minas Gerais, Brasil** (**1928–1971**). Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

SOUZA, Sauloéber T. **História da Educação I**: das comunidades ágrafas às culturas letradas greco-romanas. Coleção pedagógica a distância UFU?UAB. Uberlândia: Universidade

(cc) BY-NC-SA

Federal de Uberlândia e Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br. Acesso em: 26 set.

SOUZA, Sauloéber T. O trabalho de conclusão de curso e as diretrizes curriculares: a experiência do curso de pedagogia (UFU-Campus do Pontal). **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 7, p. e021011, 2020. DOI: 10.20396/riesup.v7i0.8658272. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8658272. Acesso em: 28 ago. 2024.

Submetido em: **15/01/2025** Aprovado em: **05/03/2025**

BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO
Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica pela USP-Ribeirão Preto. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Uberaba. Professora titular no Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e nos Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/FACED/UFU) e do Programa de Pós-graduação em Educação Básica (PPGPEDU/ICHPO/UFU), da Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: betania.laterza@gmail.com

SAULOÉBER TARSIO DE SOUZA
Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na UNIFESP no Programa de Pós-Graduação em História (Linha História e Historiografia). Professor titular do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (linha de Historiografia e História da Educação), do PROFHistória (linha Saberes Históricos no Espaço Escolar), do Mestrado Profissional da Educação Básica do Pontal (PPGPEDU) da UFU.
E-mail: sauloeber@gmail.com

JOSÉ CARLOS SOUZA ARAÚJO
Doutorado em Educação na área de Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, da qual é Professor Titular e Integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) como docente permanente no Campus Via Centro de Uberlândia.
E-mail: jcaraujo.ufu@gmail.com

(cc) BY-NC-SA